

Bibiana Poche Florio¹
Júlio Eduardo Rohenkoh²

Institucionalismo vebleniano e a economia feminista: considerações teóricas

RESUMO

Neste artigo, procura-se estabelecer uma relação entre a economia institucional vebleniana e a economia feminista, e demonstrar como o papel da mulher nas relações de gênero conseguiu sobreviver como instituição e como ele deve ser repensado na atualidade. Tanto a economia feminista como a economia institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre o modelo universal de ação individual que o *mainstream* na economia promove. Por isso, o estudo sobre o papel da mulher e das relações de gênero influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos, mas a própria economia, e deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a economia institucional.

Palavras-chave

Economia Evolucionária; Economia Institucional; Economia Feminista; Papel da Mulher.

ABSTRACT

This article seeks to establish a relationship between Veblenian institutional economics and feminist economics, and to show how the role that women play in gender relations has managed to survive as an institution and how it should be reassessed in our current times. Both feminist economics, and indeed, institutional economics call for a more profound reflection in terms of the universal model of individual initiative encouraged by the mainstream within the economy. As a result, the study of the role of women and gender relations has not only had an influence on the way we understand economic processes, but on the economy itself, and should be viewed as the fruit of a long period of construction of a shared identity and manner of thinking as suggested by institutional economics.

Keywords

Evolutionary Economics; Institutional Economics; Feminist Economics; Women Play.

1. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento (PPGE&D) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e graduada em Relações Internacionais pela mesma universidade.
2. Professor no curso de Ciências Econômicas e no PPGE&D na UFSM. Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000), mestrado (2002) e doutorado (2006) em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

O objeto da economia defendido pelo seu *mainstream*³ é a alocação de recursos escassos diante de necessidades e desejos crescentes. Subjacente a isso se encontra a figura de um sujeito econômico que avalia muitas informações e toma decisões otimizadas. O sistema de mercado, contando com inúmeros decisores, cada qual com a sua ordem de preferências, tende a posições de equilíbrio nas quais a satisfação individual convirja com o bem-estar geral. A coordenação decorre das sinalizações de preços para escassez relativa de oferta para demandas localizadas no sistema que desencadeiam o processo de escolha racional dos indivíduos. Nesse cânone, o padrão racional de decisão se encontra num plano geral e abstrato para o qual o gênero dos sujeitos não é relevante. Gênero e sexo são conceitos distintos. Sexo é uma condição biológica, enquanto gênero é um conceito social, estabelecido culturalmente, pelo qual se atribui características ao que se entende por masculino e feminino, a despeito da condição de homem ou mulher.

Entre as características mais disseminadas das economias modernas está a questão de gênero, na divisão social do trabalho, na distribuição da renda, nos direitos de propriedade, no nível de empregabilidade. Apesar dessa disseminação pelos sistemas econômicos, o gênero dos indivíduos tem sido ignorado pelo *mainstream economics* (PEARSE; CONNELL, 2016, p. 30).

No entanto, se o objeto da economia é definido em conformidade com os preceitos de Adam Smith, o problema central não se resume à escolha, mas abarca a produção e a distribuição de todas as necessidades e conveniências para a vida, ou seja, os aspectos materiais para a sobrevivência e o desenvolvimento dos seres humanos. Dar conta desse objeto implica discutir quais atividades de trabalho são relevantes, como está organizada a oferta de itens como nutrição e saúde – mediante a disponibilização de serviços no mercado, da ação de famílias, de programas públicos, ou de comunidades –,

3. O *mainstream* da área de economia evolui com o passar do tempo e pode gerar discussões sobre quais escolas ou teorias exercem posição dominante no pensamento em cada época. A posição assumida neste artigo é de que, atualmente, há uma dominância do pensamento articulado em torno de um ponto fundamental para a compreensão dos mercados: a de que há uma lógica racional de ação de indivíduos que antecipam as consequências econômicas (retornos) de suas decisões ou escolhas, e que ela é o princípio basilar da conduta individual. Isto implica a vigência teórica de um modo único de decisão dos agentes, e é ponto comum a várias teorias e escolas, tais como a economia neoclássica, a novo-clássica, a teoria dos mercados contestáveis, entre outros exemplos. Até mesmo a economia dos custos de transação, que admite racionalidade limitada dos agentes, fundamenta seus preceitos em um consequentialismo restrito na medida em que reduz a variabilidade comportamental mediante o complemento de oportunismo dos agentes.

envolvendo mecanismos de coerção social e/ou de tradição (NELSON, 1995, p. 143). Nessa segunda definição de objeto da ciência econômica, as questões de gênero não são triviais. Em específico, o papel feminino em uma sociedade perpassa a geração e a distribuição da renda de muitos itens, entre os quais nutrição, saúde, educação.

Para dar conta desse vetor qualitativo da participação do gênero feminino na produção e distribuição de riqueza dos sistemas econômicos, é necessário, primeiramente, compreender a condição de participação ativa e proeminente da mulher nos agrupamentos sociais. Essa participação está ligada a fatores institucionais que condicionam o protagonismo feminino.

O papel da mulher é discutido por Veblen, associando economia e história, e este logra demonstrar como elas foram subjugadas ao longo de gerações. As mulheres foram sendo transformadas em um tipo de propriedade mantida pela instituição do patriarcado⁴ – bem como estão no processo de formação da classe ociosa. Nesse sentido, a economia institucional consegue abarcar o modo como o patriarcado sobrevive por séculos, interferindo na vida social e nas maneiras de pensar e agir de homens e mulheres.

O movimento feminista busca superar a condição de desvantagem em que as mulheres foram historicamente mantidas. A economia feminista tem demonstrado como apenas as atividades masculinas foram consideradas no estudo da ciência econômica, bem como o padrão de se estudar economia – modelos e métodos – assumiu um viés masculino. A economia feminista procura ampliar o escopo de análise econômica – abrangendo modelagens relevantes para a compreensão de problemas econômicos a partir da atuação dos gêneros feminino e masculino.

Dividiu-se o texto em três seções: 1) Instituições e economia, na qual se apresenta o que se considera por instituições e como a economia institucional pode ser entendida como economia evolucionária; 2) Racionalidade e estrutura social, que apresenta a noção de hábitos de pensar compartilhados e como esses são assimilados e transmitidos; 3) o papel da mulher e a economia feminista; apresentamos os argumentos de Veblen para justificar a perpetuação da instituição patriarcado e expomos como a economia feminista – corrente teórica recente – está atuando para combatê-lo. O artigo se encerra com algumas considerações.

4. Veblen não se utiliza desta terminologia de fato, mas entende-se que ele assume o conceito ao expor o papel da mulher vivenciado durante o processo histórico. Discorreremos melhor sobre o termo mais adiante.

1. Instituições e economia

A economia institucional tem como uma de suas referências os trabalhos de Thorstein Veblen no final do século XIX nos Estados Unidos. Nesse período, o país experimentava um significativo processo de industrialização. Veblen defendia que a ciência econômica deveria se beneficiar da produção de outras ciências – como a psicologia, a antropologia e a história – para melhorar seu entendimento das sociedades e como estas se desenvolvem e interagem.

Veblen teve influência da escola histórica germânica, que criticava a economia política inglesa (Smith e Ricardo) e não fomentava que a economia poderia assumir teoremas universalmente válidos. Essa corrente de pensamento enfatizava as peculiaridades nas histórias de desenvolvimento das nações, as relações com o meio, o espírito cultural e o potencial das mesmas. Não há interesse apenas no indivíduo, mas sim no sistema como um todo, e por isso, no entendimento de Veblen, o estudo da história é extremamente válido para a economia, mesmo que estas sejam grandes descrições – diferente do formalismo tradicional.

A economia institucional parte do princípio de que as condições materiais e sociais evoluem com o passar do tempo, e têm como objetivo de suas pesquisas compreender o processo de transformação institucional e tecnológica – o que vai de encontro às suposições de regularidades universais e tendência a estados de equilíbrio amplamente assumidas por grande parte dos economistas. As instituições – admitidas neste trabalho e discutidas em seguida – são condições sociais que podem carregar certos padrões de conduta econômica, mas que também são passíveis de mudança.

Em seu artigo *Why is economics not an evolutionary science?*, Veblen (1898) questiona por que a ciência econômica não se beneficia das novas descobertas que áreas como antropologia, biologia, psicologia e história estavam realizando e que beneficiavam as ciências sociais como um todo. Veblen critica a insistência dos economistas de se apegar a dados e a quantificações de modo geral, sem se preocupar ao contexto que estes estão inseridos.

Os grandes desejos dos líderes evolucionários - se eles têm grandes desejos como líderes – baseiam-se, por um lado, na sua recusa em voltar da pálida sequência de fenômenos e buscar um plano mais elevado para suas conclusões finais e, por outro lado, eles mostraram

como esta sequência impessoal incolor de causa e efeito pode ser usada para a teoria própria, em virtude de seu caráter cumulativo. (VEBLEN, 1898, p. 378)

Os economistas evolucionários (ou institucionalistas) deveriam, para Veblen, refutar uma sequência simples de causa e efeito e procurar uma síntese melhor dos acontecimentos; além disso, deveriam utilizar essa mesma sequência impessoal que criticavam de causa e efeito para elaborar uma teoria própria, em razão do seu caráter cumulativo.

É no material humano que se procura a continuidade do desenvolvimento; e é aqui, portanto, que as forças motrizes do processo de desenvolvimento econômico devem ser estudadas para serem estudadas em ação. A ação econômica deve ser o assunto da ciência para que a ciência se enquadre como uma ciência evolutiva. (VEBLEN, 1898, p. 388)

Seria no material humano em que estaria aprisionada a continuidade do desenvolvimento e este seria, portanto, o motor do processo de desenvolvimento econômico a ser estudado. A ação econômica deveria ser tema de uma ciência evolucionária.

A história de vida econômica do indivíduo é um processo cumulativo de adaptação de meios a fins que cumulativamente mudam à medida que o processo prossegue, tanto o agente como seu ambiente sendo em qualquer ponto o resultado do processo passado. Seus métodos de vida hoje são impostos sobre ele por seus hábitos de vida carregados de ontem e pelas circunstâncias deixadas como o resíduo mecânico da vida de ontem. (VEBLEN, 1898, p. 391)

Veblen salienta que os hábitos dos indivíduos são reforçados pelo cotidiano. Esse hábito faz parte de uma história de vida econômica realizada a partir de um processo cumulativo de mudanças e adaptações do passado. As mudanças econômicas que ocorrem em um indivíduo costumam vir acompanhadas de mudanças de hábitos de pensar da comunidade em que este indivíduo está inserido. Ademais, a “história da vida econômica de qualquer comunidade é a sua história de vida, na medida em que é moldada pelo interesse dos homens nos meios materiais da vida” (VEBLEN, 1898, p. 392), isto é, as mudanças que ocorrem em um grupo social carregam interesses que foram definidos por seus indivíduos.

[...] uma economia evolucionária deve ser a teoria de um processo de crescimento cultural conforme determinado interesse econômico, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas, expressa em termos do próprio processo. (VEBLEN, 1898, p. 393)

A economia institucional se concentra em estudar o processo que determina o interesse econômico; é um estudo da própria sequência cumulativa de instituições econômicas. As instituições – e suas regras – estruturam interações sociais e, por isso, são objeto de estudo da economia institucional.

As instituições guardam em si um princípio comum que é, em maior ou menor grau, o controle dos indivíduos, bem como o incentivo à aptidão deste. Esse processo gera perdas e ganhos a outros indivíduos, mas, como Hodgson (2006, p. 13) afirma, com exceção da linguagem, todas as instituições dependem das demais. Então, quando um indivíduo se beneficia de certa instituição, talvez outro esteja sendo prejudicado, e vice-versa.

As instituições restringem e permitem comportamentos. A existência de regras implica restrições. No entanto, tal restrição pode abrir possibilidades: pode permitir escolhas e ações que de outra forma não existiriam. Por exemplo: as regras da linguagem nos permitem comunicar; as regras de trânsito ajudam o tráfego a fluir mais facilmente e com segurança; o Estado de Direito pode aumentar a segurança pessoal. A regulamentação nem sempre é a antítese da liberdade; pode ser seu aliado. (HODGSON, 2006, p. 2)

As instituições e as regras que as integram, como argumenta Hodgson, agem ao mesmo tempo reprimendo e incentivando os indivíduos a agir conforme o objetivo daquelas. “As regras incluem normas de comportamento e convenções sociais, bem como regras legais” (HODGSON, 2006, p. 3). Essas regras são socialmente transmitidas entre os grupos e podem passar de geração em geração para a preservação da instituição.

No sentido vebleniano, instituições funcionam porque essas regras são envolvidas pelos hábitos compartilhados de pensar dos indivíduos. “A aquisição de hábitos (ou habituação) é o mecanismo psicológico que forma a base do comportamento ‘rule-following’ (ou seguidor de regras)” (HODGSON, 2006, p. 6), isto é, o hábito é o organismo primário para que as instituições funcionem e se perpetuem.

Para que o processo de conformação de uma instituição ocorra, é necessário um padrão socialmente compartilhado de pensar e agir.

2. Racionalidade, cognição e estrutura social

Para que certos comportamentos e hábitos sejam passados de geração em geração e resistam ao tempo, certos modos de pensar e agir são institucionalizados. Isso se deve a diversos fatores, como o sentimento de pertencimento a uma comunidade e a identidade de uma pessoa na comunidade. Nesta seção, discorre-se sobre o comportamento de indivíduos socializados.

Em seu artigo *Rationality as Process and as Product of Thought*, Simon (1978) critica a racionalidade maximizadora amplamente reconhecida e dada como certa na ciência econômica. O autor argumenta sobre dois tipos de racionalidade: a substantiva e a processual. A primeira refere-se ao comportamento maximizador e autointeressado, enquanto a segunda relata uma racionalidade que aprende e “tateia” as novas situações que se apresentam.

[...] devemos dar conta não apenas da racionalidade substantiva – a medida em que são escolhidos cursos de ação apropriados - mas também da racionalidade processual – a eficácia, à luz dos poderes e limitações cognitivas humanos, dos procedimentos usados para escolher as ações. À medida que a economia avança em direção a situações de crescente complexidade cognitiva, ela se torna cada vez mais preocupada com a capacidade dos atores para lidar com a complexidade e, portanto, com os aspectos processuais da racionalidade. (SIMON, 1978, p. 8)

Simon argumenta em prol de uma ampliação da racionalidade considerada nos modelos econômicos. Os indivíduos agem em um mundo cada vez mais complexo e interligado, então é preciso pensar a racionalidade de forma expandida, para que esta reflita os problemas da realidade em circunstâncias dinâmicas, ou seja, de um acúmulo de interações entre os indivíduos que altere as situações dos sistemas e lhes proporcione indivíduos situações novas e não triviais.

March (1994) associa a racionalidade substantiva a uma lógica de consequência, isto é, o indivíduo decisor antecipa as consequências de uma ação. Após antecipar os resultados de diferentes ações, o sujeito avalia as diversas consequências, cada uma ligada a uma ação e decisão, e opta pela que lhe proporciona maior retorno individual.

Ao estudar as instituições como hábitos de pensar compartilhados entre pessoas, de modo que proporcionem a interação social compatível com um certo *status quo* de estrutura socioeconômica, surge um rompimento com a racionalidade individual substantiva. Em lugar de uma lógica de consequência, March (1994) pondera que os indivíduos se movem a partir de uma lógica do comportamento adequado, ou lógica de adequação (*logic of appropriateness*). De acordo com essa concepção, diante de uma situação econômica e social concreta, um sujeito indagaria: “Dado o meu papel social nesta situação, o que é esperado de mim?”. O indivíduo não está antecipando a consequência da ação em si, ele está avaliando a adequação de seu comportamento. E essa avaliação não tem como parâmetro o seu benefício individual; tem por critério a avaliação de um grupo social a respeito de sua atuação.

Esse processo de escolha e de ação é organizado e consciente. Porém, à medida que situações semelhantes se repetem, e a solução é adequada ao contexto socioeconômico, o indivíduo incorpora um certo padrão de reação, tornando-o automatizado. Não há mais deliberação antes da ação, que se torna rotineira e associada a uma identidade que o indivíduo desenvolve no grupo social.

A partir de uma concepção mais ampla das motivações das ações humanas, March (1994) discorre sobre como se tomam decisões. Quando se discute a tomada de decisão a partir da regra a ser seguida (*rule following*), ele afirma (1994, p. 57) que nem sempre as preferências – como normalmente são concebidas – nem as expectativas sobre o futuro entram de forma direta no cálculo. “O seguimento da regra [*rule following*] se baseia numa lógica de adequação” (MARCH, 1994, p. 58), isto é, a regra a ser adotada segue uma lógica de adequação (ou apropriação), nem sempre sendo o que cada indivíduo escolheria de melhor para si em uma ótica estritamente individual e abstraída da convivência. Esse indivíduo está inserido em uma sociedade ou grupo social, e para identificar-se e ser aceito desempenha certas atividades apreciadas pelo grupo.

O processo não é aleatório, arbitrário ou trivial. É sistemático, racional e muitas vezes bastante complicado. Nesses aspectos, a lógica da adequação é bastante comparável à lógica

das consequências. Mas o processo de decisão baseado em regras prossegue de uma forma diferente da tomada de decisão racional. O processo de raciocínio é estabelecido por identidades e regras de correspondência para situações reconhecidas. (MARCH, 1994, p. 58)

O processo de ser parte de um grupo não é, portanto, aleatório, e é frequentemente difícil de ser estabelecido. A lógica de adequação é tão sistêmica quanto a lógica das consequências. Porém, agir racionalmente conforme a lógica das consequências é o exercício de uma identidade específica entre as diversas existentes na lógica de adequação.

Os “decisores” (*decisions makers*) utilizam processos de reconhecimento para classificar situações; eles usam processos de autoconsciência para esclarecer identidades; eles usam processos de busca e recuperação para combinar regras apropriadas com situações e identidades. O processo é facilmente reconhecido como instrumentos-padrão de comportamento humano inteligente. São processos de ação racional, mas são bastante diferentes do processo de análise racional [da lógica da consequência]. (MARCH, 1994, p. 61)

Para se tomar decisões é preciso, então, identificar-se com um comportamento de aceitação social. Para a identificação, os indivíduos se utilizam de processos de reconhecimento; eles classificam mentalmente como certas regras se adaptam a certas situações e identidades. Como citado, o processo decisório é um instrumento-padrão do comportamento humano inteligente. Esse processo de tomada de decisão tem uma ação fundamentada, mesmo sendo diferente do que se conhece por processo de análise racional.

Para os teóricos da escolha de consequência [*consequential choice*], as regras são restrições derivadas da ação racional em um nível mais elevado. Para os teóricos do seguimento de regras, a escolha consequencial é simplesmente uma das muitas regras possíveis que podem ser evocadas e seguidas quando julgadas apropriadas. (MARCH, 1994, 102)

A lógica de adequação e a lógica de consequência são diferentes, mas ambas são lógicas racionais. Enquanto a primeira encoraja a discussão sobre situações, identidade e regras, a segunda incita o debate sobre preferências e expectativas (MARCH, 1994, p. 101).

Sob a lógica de adequação, argumenta-se que os grupos facilitam a construção de uma identidade dando certos tipos de recompensa aos indivíduos que se com-

portam como se espera, bem como penalizam comportamentos que não condizem com a identidade compartilhada (MARCH, 1994, p. 64). Isto é, aqueles que não seguem a racionalidade compartilhada pelo grupo – não reafirmam a identidade – sofrem sanções que podem levar até mesmo à exclusão. De maneira geral, após a habituação, as decisões ocorrem de forma pouco consciente do processo em si, tanto que o indivíduo internaliza modos de agir sem maiores questionamentos das normas da comunidade.

Um indivíduo “internaliza” uma identidade, aceitando-a e perseguindo-a mesmo sem a presença de incentivos ou sanções externas. A identidade é protegida por uma consciência e por emoções como orgulho, vergonha e constrangimento. Reações sociais ao comportamento inadequado incluem acusações de imoralidade e falta de propriedade. A vergonha e a culpa são componentes importantes do controle social baseado em uma lógica de adequação. Os tomadores de decisão podem violar uma lógica de consequência e ser considerados estúpidos e ingênuos, mas se violarem as obrigações morais da identidade, serão condenados como carentes de virtudes elementares. (MARCH, 1994, p. 65)

Nota-se que o modo de agir e pensar compartilhado está interligado com noções de moralidade que o grupo possui. Quando o indivíduo rompe a lógica da consequência poderá parecer estúpido ou ingênuo;⁵ mas, quando este rompe a lógica de adequação, ele rompe a própria lógica do grupo e será visto como um pária perante o resto.

À medida que os indivíduos observam e interpretam seus próprios comportamentos, eles constroem motivos internos (identidades internalizadas) onde os motivos externos coercitivos (identidades contratuais) são inadequados para explicar seu comportamento. Fortes ameaças externas ou recompensas dramáticas podem ser usadas para explicar o comportamento sem a necessidade de compromisso interno, por isso não conseguem estimular a internalização. As identidades internalizadas provavelmente serão imaginadas (e assim formadas) onde os incentivos externos são fracos. (MARCH, 1994, p. 66)

5. Taylor (1982) liga o utilitarismo a uma moral que se pretende única e que fundamenta muitas das formalizações (lógicas e matemáticas). É uma moral de busca de igualdades (ou equivalências) entre indivíduos, estendida a objetos. Tal moral estaria contida aprioristicamente em boa parte da produção científica. É bastante adequada para fundamentar um cálculo racional e consequente.

Identidades internalizadas são consideradas “normais” e, por isso, fáceis de serem imaginadas pelos indivíduos do grupo. Mas ideias novas externas ao cotidiano e aos hábitos de pensar compartilhados não são de difícil assimilação, pois estariam fora dessa “normalidade” típica da identidade do grupo social.

A identidade do grupo não significa certeza de ação dos indivíduos, pois este pode apresentar mais de uma identidade, ou seja, participa simultaneamente de diversos grupos. Tais círculos societários podem ser paralelos na maior parte do tempo. Porém, há situações que aproximam os grupos, e o indivíduo tenta desempenhar dois papéis ao mesmo tempo, contentando parcialmente os grupos ou evidenciando um conflito. Por exemplo, um desempenho de papel de mãe, que agrade os valores do grupo familiar, pode conflitar com o desempenho profissional quando ambos são sobrepostos, uma vez que o ambiente de trabalho é regido por outros valores. O indivíduo dificilmente maximiza sua utilidade individual – já que possui mais de uma identidade, atua de modo institucional conforme normas sociais que se transformam e, ao participar de diversos espaços da sociedade com diferentes funções, divide sua atenção e seu desempenho. A ideia de gênero também é normatizada.

Normas podem ser compreendidas como definições de condutas socialmente aceitas conforme regras básicas, ou ideais. Normas de gênero implicam a aplicação da ideia de norma à distinção entre homens e mulheres. Elas estão enraizadas na vida social e nas instituições, consubstanciadas tanto no pensar e agir dos indivíduos como em discursos, organizações, transações comerciais e identidades coletivas. (PEARSE; CONNELL, 2016, p. 81)

Os indivíduos também aprendem, e isso contribui para que os grupos sociais evoluam e se transformem com o passar do tempo. March (1994, p. 84) aponta três características principais das experiências particularmente relevantes para o aprendizado. Primeiramente, interpretações tendem a conservar crenças, isto é, a experiência é interpretada a partir de um ponto que sustenta conhecimentos prévios e, portanto, tende a manter o *status quo* de hábitos de pensar compartilhados. Em segundo lugar, indivíduos usam teorias causais simples para interpretar experiências e, assim, associam ações e resultados por sua proximidade tempo-espacial. Assumem, por exemplo, que causas podem ser encontradas aos arredores do fato. Por último, a interpretação da experiência é uma interpretação social, ou seja, ideias sobre causas de eventos são

desenvolvidas e compartilhadas com uma rede de conexões sociais. Indivíduos elaboram o entendimento de um fato seguindo um padrão socialmente aprovado.

A aprendizagem é um processo em que é necessária a confirmação do grupo. Este processo é semelhante aos demais que ocorrem socialmente, em que nem sempre a melhor ideia é assimilada, mas sim a que mais agrada e convence aquele grupo social.

As regras seguidas hoje não são simplesmente uma solução para algum tipo de problema de otimização envolvendo o ambiente atual, mas são uma representação interativa e dependente de trajetória de uma história de regras de coevolução. (MARCH, 1994, p. 96)

As regras a serem seguidas não são rígidas, apesar de seguirem certa coerência com o passar do tempo. De forma geral, os indivíduos tomadores de decisão – e seguidores de regras – interagem entre os membros do grupo e entre estes e outros grupos sociais e; por isso, as regras evoluem, bem como os hábitos compartilhados.

A complexidade do ambiente socioeconômico é uma importante razão para as normas se modificarem com dificuldade e lentidão. Mas ela também implica que há muitos pontos da vida social nos quais os processos de mudança podem iniciar. (PEARSE; CONNELL, 2016, p.47)

Cabe salientar que não há necessariamente uma oposição entre racionalidade e costumes – advindos de grupos sociais reconhecidamente “tradicionais”, por exemplo –, pois, mesmo estes possuem uma racionalidade. Grupos que perpetuam instituições como o patriarcado e hábitos compartilhados de pensar sexistas, por exemplo, seguem alguma racionalidade normatizada socialmente.

3. O papel da mulher, patriarcado e a economia feminista

O patriarcado é uma instituição que se perpetua através dos séculos. Essa instituição afeta diretamente a vida das pessoas bem como suas interações econômicas. É uma instituição que ao mesmo tempo restringe a existência dos indivíduos e os habilita a

ter um papel – devidamente definido – na sociedade. Nesta seção, falaremos de como o papel subserviente da mulher se sustentou com o passar do tempo, pelo viés da obra vebleniana, além de evidenciarmos como a economia feminista está buscando superar preconceitos sexistas na análise econômica.

O papel da mulher evoluiu ao longo da história, sendo a sexualidade e a capacidade reprodutiva as primeiras características a ser tomadas como mercadorias (LERNER, 1990, p. 116). O patriarcado constrói-se com base não apenas no enaltecimento do papel do homem, mas, sobretudo, na subjugação do papel feminino nas sociedades. O patriarcado implica uma dominação paternalista, em que o homem decide sobre questões sociais, econômicas, políticas e culturais nos planos micro, meso e macro nas diferentes organizações sociais existentes. A historiadora Gerda Lerner discute sobre a criação/formação do patriarcado:

O patriarcado é uma criação histórica feita por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos para se formar. A primeira forma do patriarcado apareceu no estado arcaico. A unidade básica de sua organização era a família patriarcal, que constantemente expressava e gerava suas normas e valores.[...] Os papéis e comportamentos que foram considerados apropriados ao gênero foram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais. Eles também foram representados, e isso é muito importante, nas principais metáforas que se tornaram parte da construção cultural e do sistema explicativo. (LERNER, 1990, p. 115)

O papel da mulher é, portanto, produto de um processo histórico e ainda hoje é tomado como natural por diversos grupos sociais. A partir desse fato, discutem-se as descrições históricas evolucionárias da obra *The Theory of the Leisure Class* (1899), de Veblen, que procura especialmente explicar o surgimento da propriedade privada e da classe ociosa, bem como o tratamento desigual imposto a diferentes grupos de pessoas. Mesmo que o papel da mulher nesse processo não seja o foco da obra, a posição feminina é tangenciada e debatida em diversos trechos.

Veblen inicia sua narração evolutiva falando do modo de vida bárbaro – ou guerreiro –, em que o “trabalho dos homens na cultura bárbara inferior não é menos indispensável à vida do grupo do que o trabalho realizado pelas mulheres” (VEBLEN, 2003, p. 6). No período de sociedade primitiva, ambos os sexos tinham, então, uma

importância vital para o bem comum da comunidade. No entanto, mesmo igualmente importantes, o trabalho que o homem bárbaro realiza é de uma eficácia e de uma dignidade que não se comparariam ao trabalho rotineiro realizado pelas mulheres.

A instituição da classe ociosa é a consequência de uma discriminação precoce entre empregos, segundo a qual alguns empregos são dignos e outros indignos. Sob esta antiga distinção os empregos dignos são aqueles que podem ser classificados como explorador; indignos são aqueles empregos cotidianos necessários aos quais não entra qualquer elemento apreciável de exploração. (VEBLEN, 2003, p. 7-8)

Veblen insinua que o surgimento de uma classe ociosa é consequência de uma diferenciação bem previamente estabelecida, na qual, entre muitas funções, se estabelecem as que são dignas e as que não são. As funções dignas pressupõem grandes façanhas e as indignas são aquelas associadas ao trabalho diário e rotineiro – que não sugira proeza do indivíduo.

A distinção entre proeza e trabalho penoso coincide com uma diferença entre os sexos. Os sexos diferem, não só em estatura e força muscular, mas talvez ainda mais decisivamente em temperamento, e isso deve ter dado início a uma correspondente divisão do trabalho. As atividades que em geral se classificam como proezas tocam aos homens, porque são mais fortes, mais firmes, mais capazes de tensão súbita e violenta, e mais facilmente inclinados à autoafirmação, à emulação ativa e à agressão. [...] Estabelece-se, com base na nova distribuição de funções, um processo cumulativo de adaptação seletiva, especialmente se o hábitat ou a fauna com quem está em contato o grupo exige considerável exercício de virtudes masculinas. A caça habitual aos grandes animais requer sempre mais das qualidades masculinas relacionadas à massa muscular, à agilidade e à ferocidade, e, conseqüentemente, isto pode apressar e aprofundar a diferenciação das funções entre os sexos. (VEBLEN, 2003, p. 11)

A diferença biológica dos sexos e as funções que cada um tinha inicialmente coincidiram, conforme Veblen, com a visão entre proeza e trabalhos desagradável/pouco louvável. A partir daí, toda função que não gere elogios e reconhecimento – como

ganhar guerras⁶ e competições, em geral – se torna um trabalho indigno ao homem bárbaro. Dessa forma, uma tradição começa a se constituir, bem como suas regras de conduta. Todo trabalho associado à rotina é, assim, visto como pouco importante e, por isso, é designado às mulheres.⁷

A diferenciação precoce, da qual surge a distinção entre a classe ociosa e a classe operária, é uma divisão mantida entre o trabalho masculino e feminino nos estágios inferiores da barbárie. Da mesma forma, a forma mais antiga de propriedade é a propriedade das mulheres pelos homens capazes da comunidade. Em termos gerais e mais relevante para a teoria da vida bárbara, pode-se dizer que é a trata de propriedade da mulher pelo homem. (VEBLEN, 2003, p. 17)

Pelo caráter competitivo e pela necessidade de realização de proezas, os homens – após a definição de diferenças laborais – necessitam demonstrar seu *status* a partir de fatos materiais, e por isso surge a propriedade. Veblen argumenta que a forma mais primitiva de propriedade é a que os homens exercem sobre as mulheres. Quando os homens se apropriam de forma violenta das mulheres de outros – provavelmente inimigos –, ocorre uma utilização das mulheres como troféus.

A prática de prender mulheres do inimigo como troféus, deu origem a uma forma de casamento-propriedade, resultando em um lar com o líder masculino. Estendeu-se depois a escravidão a outros cativos e dependentes, além das mulheres, desenvolvendo-se afinal o casamento-propriedade a outras mulheres além das tomadas ao inimigo. O resultado da emulação, em contraste com as circunstâncias de uma vida predatória, tem sido, por um lado, uma forma de casamento baseado na coerção e, por outro lado, o costume de proprie-

6. “A capacidade coletiva do guerreiro se torna a questão mais importante nas mentes dos homens e fornece o ponto de vista de que as pessoas e seu comportamento são avaliados. O esquema da vida de determinado grupo é, em essência, um esquema de exploração. Grande parte desse ponto de vista pode ser encontrado nas vistas do senso comum das populações modernas” (VEBLEN, 1999, p. 357).

7. “Essa atribuição de sujidade cerimonial com base na sua fraqueza persiste na cultura posterior em forma de sentimento de indignidade ou inadequação levítica das mulheres; assim, mesmo agora percebemos a falta de decoro das mulheres que são iguais aos homens ou representam a comunidade em qualquer relação que exige a dignidade ou a concorrência ritual, como, por exemplo, ofícios sacerdotais ou encargos civis diplomáticos, ou mesmo representativas, e, por razões semelhantes, as posições dos empregados domésticos e manobristas que têm um caráter cerimonial importante, como lacaios, mordomos etc.” (VEBLEN, 1999, p. 356-357).

dade. As duas instituições não se distinguem na fase inicial do seu desenvolvimento; ambos surgem do desejo dos homens bem sucedidos de colocar suas proezas em evidência, exibindo algum resultado durável de suas façanhas. Ambos também estimulam essa propensão para o domínio que permeia todas as comunidades predatórias. (VEBLEN, 2003, p.18)

A busca pela admiração dos demais, no modo de vida predatório, gera um casamento-propriedade.⁸ Este é fundado a partir da coerção e também pelo costume da propriedade. No período inicial do desenvolvimento das sociedades, as duas características são sobrepostas e não há como se notar diferenças. A relação coercitiva e desigual chega ao ponto de não ser questionada e ser tomada como natural – mesmo sendo fruto de hábitos das comunidades:

A disciplina de vida predatória provoca uma atitude de superioridade por homens saudáveis em todas as relações com o mais fraco do grupo, e especialmente em suas relações com as mulheres. Homens que são constituídos em formas predatórias de vida e de pensamento chegam a aprender, por força do hábito, que esta forma de relacionamento entre os sexos é boa e bela. (VEBLEN, 1999, p. 358)

O lugar que o homem tem na sociedade patriarcal é produto de emulação entre os mesmos – da comunidade guerreira, por exemplo. Sendo uma sociedade predatória, a propriedade e o controle das mulheres são uma evidência gratificante da destreza e da alta posição do homem. Assim, quanto maior o número de mulheres subjugadas por um homem, maior será a posição deste perante a comunidade. (VEBLEN, 1999, p. 360)

No modo de vida industrial, mantém-se o padrão dos costumes, no qual o que é relacionado à proeza é destinado aos homens enquanto os trabalhos rotineiros – como trabalhos domésticos e cuidados com a vida familiar e privada – são trabalhos

8. “[...] todos os homens que querem ser bem considerados por seus iguais necessitam unir-se a uma ou a várias mulheres mediante os laços honráveis da captura. Para ocupar uma posição decente na comunidade, um homem deve estabelecer a vitoriosa e honrosa relação do matrimônio-propriedade; a relação de matrimônio publicamente reconhecida que carece da sanção da captura passa a ser indigna dos homens sãos; mas, à medida que o grupo aumenta de tamanho, cresce também a dificuldade de possuir mulheres mediante captura [...] é necessário alterar o *status* das mulheres casadas dentro do grupo mediante uma captura mímica ou cerimonial. A captura cerimonial serve para situar a mulher livre na classe mais aceitável de mulheres: aquelas unidas mediante os laços de coerção a um dono, proporcionando, assim, legitimidade e decência ritual a relação de matrimônio resultante.” (VEBLEN, 1999, p. 359).

identificados como inerentes ao sexo feminino. Os hábitos de pensar compartilhados sobre o papel de cada gênero foi assimilado, então, durante muito tempo e por isso se torna tão difícil de ser transformado – mesmo havendo tanta produção e aprofundamento nos estudos sociais.

Os diferentes graus de facilidade com que diferentes hábitos são formados por pessoas diferentes, assim como os diversos graus de relutância com que diferentes hábitos são abandonados, resulta que a formação de hábitos específicos não é uma questão de cumprimento de habituação simplesmente. Traços herdados de temperamento e habilidades contam tanto quanto para o cumprimento de habituação em decidir se o intervalo de hábitos virá a dominar qualquer esquema de vida. E o tipo predominante de competências transmissíveis, ou em outras palavras o tipo de temperamento que pertence ao elemento étnico dominante em qualquer comunidade, refere-se sobre onde escolher e qual será o alcance e a forma de expressão do processo de vida normal da comunidade. (VEBLEN, 2003, p. 73)

Veblen salienta como se torna complicado e relutante transformar os hábitos, além de eles não se relacionarem a uma simples questão de duração. Tendências e temperamentos herdados têm muito a dizer sobre escopo e forma de expressão dos hábitos da vida em comunidade. Aplicando ao caso da formação e manutenção do patriarcado, nota-se que essa instituição é muito mais importante para a manutenção de admiração e demonstração de proezas do que se considera nos estudos de sociedade.

Veblen, contudo, defende que, com o aprofundamento da sociedade industrial, produz-se certo relaxamento dos laços coercitivos familiares e de comunidade – isso decorreria de uma recente liberdade industrial. O laço indissolúvel entre matrimônio e propriedade parece, então, estar experimentando uma grande decadência. Os hábitos de pensar fomentados pela era industrial moderna não seriam, em geral, favoráveis à manutenção de instituição matrimônio-propriedade e o *status* feminino derivado desta (VEBLEN, 1999, p. 361). Nesse sentido, a sociedade industrial fomenta outros tipos de relações, bem como a superação da relação coercitiva dos homens sobre as mulheres.

A economia feminista surge neste ambiente de questionamentos e tentativa de superação de hábitos de pensar compartilhados – aqui resumidos na instituição patriarcado.

Procura-se, a partir dessa abordagem, superar um modo androcêntrico de se estudar a ciência econômica. A teoria e a prática econômica estariam viesadas por essa maneira de se pesquisar bem como entender essa ciência. “A questão de modelos econômicos sobrepõe-se à questão de como a economia é definida como disciplina” (NELSON, 1995, p. 460). Salienta-se que as intelectuais dessa corrente, como aponta Nelson (1995, p. 455), argumentam que não se busca fazer uma economia “feminina”, em que se estudaria “o outro lado” que foi negligenciado na história econômica. A intenção é estudar a sociedade abrangendo a diversidade de relações com diferentes indivíduos que esta possui, isto é, a economia feminista busca incluir parâmetros de gênero até então não considerados na abordagem econômica.

O *mainstream* econômico considera o indivíduo como racional maximizador, autointeressado e otimizador de escolhas perante restrições externas. Nelson (1995, p. 459) afirma que os economistas carregam em si o “homem-cogumelo” – termo advindo de Hobbes quando este considera o homem maduro surgido do nada na face da Terra, sem antecedentes históricos, sem compromissos prévios. Este “homem-cogumelo” é como na história de Robinson Crusóe: não teve infância, não foi dependente de ninguém e não de se responsabiliza por ninguém além de si próprio: “Homens interagem economicamente sem serem influenciados pela sociedade” (NELSON, 1995, p. 459).

O indivíduo considerado por grande parte dos economistas estaria negando a importância de outras áreas – como elementos históricos e psicológicos – para a análise econômica e, de modo geral, negando os processos de identidade que compõem os indivíduos.

Os estudiosos feministas sugerem que a economia se tornou menos útil implicitamente refletindo um ideal distorcido da masculinidade em seus modelos, método, tópicos e pedagogia. Os estudiosos feministas argumentam que o uso de uma gama mais ampla de ferramentas para estudar e ensinar sobre um território mais amplo da atividade econômica tornaria a economia uma disciplina mais produtiva tanto para os praticantes do sexo masculino quanto feminino. (NELSON, 1995, p. 471)

O modelo distorcido de masculinidade, que afeta homens e mulheres, influencia o modo de se estudar e compreender economia. Assim, a economia feminista busca

superar este modo viesado de se entender essa ciência. Para isso, esta corrente se habilita com um número superior de ferramentas para que o escopo de análise seja ampliado e mais bem compreendido.

Considerações finais

O patriarcado como instituição – e por isso carregado de hábitos e processos de identidade – serve para manter uma ordem. Os séculos se passaram, estudos sobre a vida em sociedade – políticos e econômicos – se desenvolveram, contudo a instituição patriarcado se sustentou. Com isso, o modo limitado e viesado de se enxergar a sociedade também se manteve.

A economia feminista busca encontrar alternativas para a superação desse modo de se enxergar os processos econômicos – perpassados com hábitos de pensar típicos do patriarcado. Esta abordagem sugere, assim, aumentar a gama de ferramentas disponíveis para se estudar relações e processos econômicos. Argumenta-se, também, que a economia feminista possui pontos de interseção com a economia institucional, já que ambas procuram analisar os processos de sobrevivência de uma instituição. Nesse sentido, o institucionalismo é uma fonte teórica compatível com a pluralidade de pensamento proposta pela economia feminista.

Como sugeriu Veblen, a sociedade industrial contribui para questionar esses modelos patriarcais – bem como a propriedade privada, em geral –, e a economia feminista é fruto desses questionamentos sobre as regras a serem seguidas. Tanto a economia feminista como a economia institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre os modelos universais que a economia tradicional promove. Por isso, o estudo sobre como o patriarcado influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos, mas como se entender a própria economia, deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a economia institucional.

O institucionalismo vebleniano projeta uma ciência econômica evolucionária na qual as instituições e a tecnologia estão imbricadas e se transformam continuamente. Nesses processos de modificação, meios podem adquirir o caráter de fins, conceitos

de propriedade ganham novos contornos, o significado e o exercício do consumo se modificam e os papéis sociais ganham novas conotações. Mais que isso, o objeto e a forma de fazer ciência também evoluem. Os sistemas econômicos são concebidos mediante o princípio de variabilidade potencial do comportamento individual a ser selecionado culturalmente. A economia feminista defende justamente que há variabilidade na forma como os sujeitos percebem e decidem, e que o gênero com os quais as pessoas se identificam é um fator de variação potencial. Longe de cair num relativismo científico, defende um alargamento teórico e analítico da economia para dar conta desse componente que rompe com a uniformidade do *homo oeconomicus* reduzido a um decisor mecânico.

Referências

- HODGSON, G. M. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, vol. XL, n. 1, mar. 2006.
- LERNER, Gerda. *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica, 1990.
- MARCH, J. G. *A primer on decision making: how decisions happen*. Nova York: The Free Press, 1994.
- NELSON, Julie A. Feminism and economics. In: HAUSMAN, Daniel (org.). *The philosophy of economics: an anthology*. Nova York: Cambridge University Press, 2008.
- PEARSE, Rebecca; CONNELL, Raewyn. Gender Norms and the Economy: insights from social research. *Feminist Economics*, vol. 1, n. 22, p. 30-53, 2016.
- SIMON, H. A. Rationality as a process and as a product of thought. *American Economic Association*, vol. 68, n. 2, maio 1978.
- TAYLOR, Charles. The diversity of goods. In: SEN, Amartya; BERNARD, Williams (org.). *Utilitarianism and beyond*. Nova York: Cambridge University Press, 1982.
- VEBLÉN, T. *The theory of the leisure class*. Filadélfia: The Pennsylvania State University, 2003.
- _____. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 12, n. 4, p. 373-397, jul. 1898.
- _____. El estatus bárbaro de las mujeres. *Reis*, n. 86, p. 355-363, 1999.

Recebido em 12/12/2016 e aprovado em 22/5/2018